

INCIDÊNCIA


1. Circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de **alimentação** e **bebidas**
em { bares, restaurantes e similares
2. Transporte { **inter** estadual **inter** municipal
 - por qualquer via.
 - de { pessoas mercadorias bens ou valores
3. Serviço **oneroso** de comunicação.
 - por qualquer meio.
 - inclusive geração, emissão, recepção, (re) transmissão...
4. Fornecimento de mercadorias (+) serviços
 - Não compreendidos na competência dos municípios (ISS) ou
 - Sujeitos ao ISS, mas com previsão expressa de incidência do ICMS na LC 116/03
5. Entrada de bem/mercadoria **importados**
(+ serviços prestados/iniciado no exterior)
por pessoas { física jurídica ainda que não seja contribuinte habitual

Intramunicipal ou Internacional, não!


ICMS
icms
NA LEI KANDIR
= INCIDÊNCIA =

6. **Entrada** no território do estado destinatário de: (a **saída** é imune!)

- Petróleo
 - Lubrificantes
 - Combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo
 - Energia elétrica
- quando não destinados a { comercialização ou industrialização
- ↪ cabe o imposto ao **estado** onde localizado o **adquirente**.

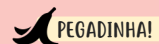
 **NOVIDADE!** (LC 194/2022)
as operações relativas a { combustíveis gás natural energia elétrica comunicações transporte coletivo

operações de bens/serviços **essenciais** e **não** podem ser considerados **supérfluos**. (interfere na definição da alíquota)

REGRAS:

1. é **vedada** a fixação de **alíquotas** sobre tais operações em valor **maior** que o das operações gerais
2. o ente **pode aplicar alíquotas reduzidas**
(para beneficiar consumidores)

↪ para { combustíveis gás natural energia elétrica
essas alíquotas **não** podem ser maiores que a vigente na publicação da LC 194/22



A caracterização do FG. **independente** da natureza jurídica da operação.

NÃO INCIDÊNCIA

1. Operação com (imunidade) { livros (inclusive e-book!)
jornais
periódicos
papel (para sua impressão)

A **tinta** NÃO
está imune!

2. Exportação de mercadorias/serviços. (imunidade)
- **Equipara-se** a exportações a saída de mercadorias com o fim específico de exportação destinada a:
 - empresa comercial exportadora (inclusive trading ou estabelecimento da mesma empresa)
 - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro

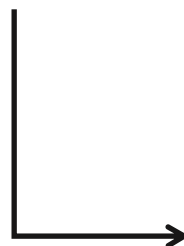
3. Operações destinadas a { comercialização
industrialização com:
- Petróleo
 - Lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados
 - Energia elétrica

4. **Ouro**, quanto definido em lei como { ativo financeiro ou
instrumento cambial (imunidade)

→ Sujeita-se exclusivamente ao **IOF** devido na operação de origem



ICMS
icms
NA LEI KANDIR
= NÃO INCIDÊNCIA =



5. Operação com **mercadorias** a serem usadas na prestação de **serviços** sujeitos a ISS, ressalvadas hipóteses previstas na LC 116/08

6. Operações de qualquer natureza de que decora a **transferência** de propriedade
de estabelecimento { industrial
comercial
de outra espécie
(= trespasse)

7. Operação decorrentes de **alienação fiduciária em garantia**
→ inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.

8. Arrendamento mercantil
→ não compreendida a venda do bem arrendado.

9. Transferência de bens móveis **salvados de sinistro** para companhias seguradoras.

10. serviços de **transmissão/distribuição** e **encargos** setoriais vinculados às operações com **energia elétrica**.

💡 **NOVIDADE!** (LC 194/2022)

SUJEIÇÃO PASSIVA

- **Contribuinte** = Qualquer pessoa { física ou jurídica } que realize com **habitualidade** ou **volume** que caracterize intuito comercial
operações de { circulação de mercadorias
transporte
comunicações }
- Também **é contribuinte** quem:
(ainda que sem habitualidade ou intuito comercial)
 1. Importe mercadorias/bens
(qualquer finalidade)
 2. Seja destinatária de serviço prestado ou iniciado no exterior.
 3. Adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados.
 4. Adquira:
 - Lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo.
 - Energia elétrica
 oriundos **de outro estado**, se **não** destinados a industrialização ou comercialização.

ICMS NA LEI KANDIR

💡 **NOVIDADE!** (LC 190/2022)

a consumidor final
em outro estado

Também **é contribuinte**, em relação ao **DIFAL**:

1. o destinatário do produto/serviço → se ele for contribuinte
2. o remetente ou prestador → se o destinatário não for contribuinte

A lei pode atribuir a **terceiros** a responsabilidade pelo pagamento do imposto + acréscimos quando seus atos ou omissões concorrerem para o não pagamento.

ICMS

NA LEI KANDIR



MOMENTO

1. **Saída** de mercadoria de estabelecimento do contribuinte → ainda que para estabelecimento do **mesmo titular**.
2. **Fornecimento** de alimentação, bebidas e outros.
3. Transmissão:
 - De **mercadoria depositada** { armazém geral
(no estado do transmitente) depósito fechado
 - De **propriedade** de mercadoria ou **título** que a represente quando não transitar pelo estabelecimento transmissor.
4. **Início** do serviço de transporte { interestadual
intermunicipal
5. Ato **final** do transporte iniciado do **exterior**.
6. **Prestação** do serviço de comunicação (ou fornecimento de ficha/cartão assemelhados)
7. **Desembaraço aduaneiro** (ou entrega das mercadorias importadas, se anterior)

8. **Recebimento** de serviço prestado no exterior.
9. **Aquisição** de bens/mercadorias em **licitações**.
10. **Fornecimento** de mercadorias + serviços:
 - em que não incida ISS
 - em que incida ISS, mas haja indicação expressa na LC 166/03 da incidência do ICMS
11. **Entrada** no estado de **lubrificantes e combustíveis** líquidos e gasosos derivados do petróleo e **energia elétrica** oriundos de outro estado, se não destinados a industrialização ou comercialização.
12. **Utilização**, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro estado e não esteja vinculada a prestação sub sequente.



-NOVIDADE! (LC 190/2022)

13. **Início** da prestação de serviço de **transporte interestadual** → { - não vinculado a operação subsequente
- tomador não contribuinte no estado destinatário
14. **Entrada** no estado de bens ou mercadorias de outro estado adquiridos por **contribuinte** para { uso/consumo
ativo imobilizado
15. **Saída** de mercadoria de estabelecimento do contribuinte destinada a **consumidor final não contribuinte de outro estado**.

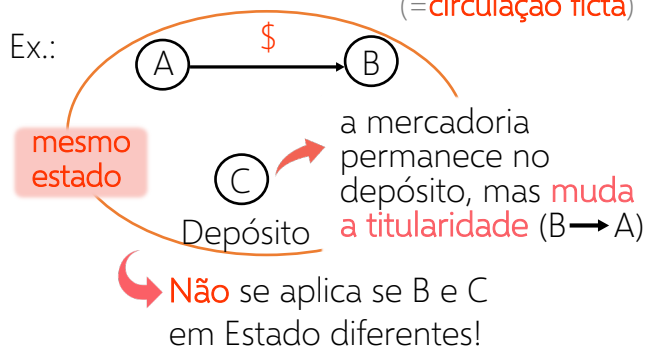
LOCAL DA OPERAÇÃO

MERCADORIA OU BEM

1. Estabelecimento onde se encontra no **momento do FG**.
2. Onde se encontra, quando em situação **irregular**.
3. Estabelecimento que **transfira** a propriedade (ou título que a represente) de mercadoria adquirida no país e que por ele não tenha transitado.

(= **circulação ficta**)

Ex.:



4. Importados → { estabelecimento onde ocorrer **entrada física** ou **domicílio** do adquirente }
5. Estado de onde o **ouro** foi **extraído**.
6. **Desembarque** quando da captura de { peixes, crustáceos, moluscos }
7. Estado em que realizada a **licitação** de mercadoria ou bem importados do exterior e { apreendidos ou abandonados }
8. Estado em que localizado o **adquirente**, inclusive consumidor final, de:
 - petróleo
 - lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados
 - energia elétrica

LOCAL DA OPERAÇÃO: SERVIÇO DE TRANSPORTE

1. Onde tenha **início** a prestação.
2. Onde se **encontra o transportador**, quando em situação **irregular**.
3. Estabelecimento **destinatário** → para o **DIFAL** (diferencial de alíquotas)

REVOGADO!

Transporte de passageiros com **tomador não contribuinte**:

1. passageiro será **considerado consumidor final** e o local será o das hipóteses 1 ou 2 acima
2. o destinatário considera-se localizado no estado de ocorrência do fato gerador → aplica-se a alíquota interna

NOVIDADE! (LC 190/2022)

ICMS NA LEI KANDIR

LOCAL DA OPERAÇÃO: DIFAL **NOVIDADE!** (LC 190/2022)

É local da operação, em relação ao **DIFAL**:

1. o estabelecimento destinatário do produto ou serviço → se o destinatário for contribuinte
 2. o estabelecimento remetente ou prestador ou onde teve início a prestação → se o destinatário não for contribuinte
- Se destino final \neq estado do adquirente → o DIFAL será devido ao estado onde ocorrer:
- entrada física do produto
 - fim da prestação

IMPORTANTE!

- Mercadoria remetente para { armazém geral, depósito fechado do próprio contribuinte } no **mesmo estado**: a posterior **saída** considera-se ocorrida no **estabelecimento do depositante**, salvo para retornar ao estabelecimento remetente.

ICMS

NA LEI KANDIR

LOCAL DA OPERAÇÃO

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO

1. Local da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
2. Estabelecimento da concessionária/permissionária que forneça { ficha, cartão, assemelhados } com que o serviço é pago.
3. Estabelecimento do tomador (destinatário): (ou domicílio)
 - prestado via satélite.
 - prestado ou iniciados no exterior
 - Difal (diferencial de alíquotas)
4. Onde seja cobrado → demais casos



em serviços {

- não medidos
- com preços cobrados por períodos definidos e
- que envolvam diferentes unidades da federação

o ICMS será dividido em partes iguais entre ambos estados.

ESTABELECIMENTO

= local:

- privado ou público
- próprio ou de terceiro
- onde: { Pessoas físicas/jurídicas exerçam suas atividades em carácter temporário ou permanente. Se encontrem armazenadas mercadorias.
- edificado ou não

OBSERVADO O SEGUINTE

- É autônomo: mas todos respondem pelo crédito tributário
- 1. Cada estabelecimento do mesmo titular.
- 2. O veículo usado em { comércio ambulante, captura de pesado }
- na impossibilidade de determinação do estabelecimento → considera-se o local em que { efetuada a operação/prestação, encontrada a mercadoria, constatada a prestação }

ICMS

NA LEI KANDIR

ASPECTOS GERAIS

FATO GERADOR

- Saída de mercadoria
- Serviços de transporte
- Entrada de:
 - Lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo
 - Energia elétrica oriundos de outro estado, se não destinados a industrialização ou comercialização

BASE DE CÁLCULO

- Valor da operação
- Preço do serviço
- Valor da operação

BC COM SERVIÇOS

FATO GERADOR

Fornecimento de **alimentação** e **bebidas** em { bares, restaurantes e similares

Fornecimento de mercadorias + serviços não compreendidos na competência dos municípios

Fornecimento de mercadorias + serviços sujeitos ao ISS, mas com previsão expressa de incidência do ICMS na LC 116/03

BASE DE CÁLCULO

- Valor da operação (Mercadoria + serviço)
- Valor da operação (Mercadoria + serviço)
- Preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada

BC EM LICITAÇÕES

FATO GERADOR

Aquisição de bens e mercadoria em licitações

BASE DE CÁLCULO

- Valores da operação
- + Imposto de importação
- + Imposto sobre produtos industrializados
- + Despesas cobradas ou debitadas ao adquirentes.

BC DO DIFAL

diferença entre a alíquota interna e interestadual

NOVIDADE! (LC 190/2022)

FATO GERADOR

Utilização, por contribuinte, de serviço custa **prestação se tenha iniciado em outro estado** e não esteja vinculado a prestação subsequente.

Entrada no estado de bens ou mercadorias de outro estado adquiridos por **contribuinte** para { uso/consumo ativo imobilizado

BASE DE CÁLCULO

- Valor da operação no estado de **origem** (para o ICMS lá devido) e
- Valor da operação no estado de **destino** (para o ICMS lá devido) e

NOVIDADE! (LC 190/2022)

FATO GERADOR

Início da prestação de serviço de **transporte interestadual**:
 - não vinculado a operação subsequente
 - tomador não contribuinte no estado destinatário


Saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte destinada a **consumidor final não contribuinte de outro estado**.

BASE DE CÁLCULO

Valor da operação ou preço do serviço para cálculo do ICMS devido **ao estado de origem e ao de destino**

BC NA IMPORTAÇÃO

= Valor da mercadoria ou bem

- + Imposto de importação
- + Imposto de produtos industrializados  CAI MUITO!
- + Imposto sobre operação de câmbio

+ Quaisquer outros { impostos
taxas
contribuições
despesas aduaneiras

- + "Montante do próprio imposto" (ICMS)

$$\text{ICMS} = \frac{\text{preço}}{1 - \text{alíquota}}$$

- + Seguros, juros, descontos condicionais (os incondicionais, não!)
- + Frete (transporte efetuado pelo remetente ou por sua conta e ordem)

O serviço de importação em moeda estrangeira será **convertido** em moeda nacional pela mesma **taxa de câmbio** utilizada para o cálculo do **imposto de importação**. (sem qualquer acréscimo/revolução posterior)

Obs.: O **valor fixado** pela autoridade aduaneira para a BC do imposto de importação **substituirá** o **preço declarado**.

BC DO ICMS E DO IPI

- IPI **não** integra a B.C. do ICMS quando (Tem que cumprir todos os requisitos)

Produtos destinados à industrialização e comercialização

+

Operação entre contribuintes

+

Operação e F.G dos dois impostos

ICMS
icms
NA LEI KANDIR
= BASE DE CÁLCULO =

- Exemplos em que o IPI **integra** a BC do ICMS:
 - Operação entre contribuintes, mas destinada ao **ativo permanente**.
 - Venda a **consumidos final** (não destinada à industrialização e comercialização)
 - Venda para **não contribuinte**.

PREÇO DE TRANSFERÊNCIA

Saída da mercadoria para estabelecimento do mesmo titular em qualquer estado

CONTRIBUINTE	BASE DE CÁLCULO
Comerciante	Valor da entrada mais recente
Industrial	Custo de produção
Produtor	Preço corrente no mercado atacadista (remetente)

AUSÊNCIA DO VALOR DA OPERAÇÃO

COMERCIANTE:

1ª OPÇÃO

Preço **FOB** à vista
(operação mais recente)

2ª OPÇÃO

Preço corrente no mercado atacadista local e, na falta, regional (remetente)

3ª OPÇÃO

75% do preço corrente no varejo

INDUSTRIAL:

Preço **FOB** à vista
(operação mais recente)

Preço corrente no mercado atacadista local e, na falta, regional (remetente)

Se o remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou industrias, ou se não houver mercadoria similar

- **Produtor, extrator** ou **gerador de energia**:
Preço corrente no mercado atacadista local e, na falta, regional (remetente)

Obs.: "Preço **FOB**" (*free onboard*)

↪ não inclui frete nem seguro.

Exemplos:

- doações
- bonificação
- ausência de nota fiscal

ICMS
icms
NA LEI KANDIR
= BASE DE CÁLCULO =

REAJUSTE DE PREÇO

- Em operações e prestações **interestaduais** entre estabelecimentos de **contribuintes diferentes**

↪ **reajuste** após a remessa/prestação:

a diferença fica **sujeita ao imposto** no

estabelecimento { remetente
de prestação } ↪ deve-se emitir uma nota fiscal complementar

ICMS

icms

NA LEI KANDIR

= BASE DE CÁLCULO =

SUPERVALORIZAÇÃO DO FRETE

- Em transações entre estabelecimentos do mesmo titular ou interdependentes

QUANDO:

1. Uma delas for titular de >50% do capital da outra (ou por seus sócios, cônjuges ou filhos menores)
2. Uma mesma pessoa fizer parte de ambas como diretor ou gerente.
3. Uma delas locar/transferir à outra o veículo destinado ao transporte de mercadorias.

- Se o valor do frete exceder os níveis normais de preços no mercado local




Valor excedente considerado como parte do preço da mercadoria

sobre essa parte iniciará a alíquota correspondente à mercadoria (não ao transporte)

ARBITRAMENTO

- "Estimativa" do valor/preço de mercadorias, bens, serviços, direitos
- Hipóteses:
 - declarações, documentos, esclarecimentos } sejam omissos ou não mereçam fé
- Pela autoridade lançadora (auditor)
- Mediante processo regular
- Ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória { administrativa, judicial

ASPECTOS GERAIS

- O ICMS será não-cumulativo → (sistema de crédito) compensando-se o que for devido em cada operação com o valor **cobrado** nas anteriores pelo **mesmo ou outro** estado.
 as bancas adoram trocar por "pago"! (errado)  **PEGADINHA!**
- É assegurado o **direito de crédito** em operações de que tenha resultado a **entrada** de mercadoria no estabelecimento. (real ou simbólica)
 "inclusive a destinada a uso e consumo ou ao ativo permanente". (= literalidade da Lei Kandir)
- + Recebimento de serviços de transporte/comunicação

ICMS NA LEI KANDIR = NÃO CUMULATIVO =

ENERGIA ELÉTRICA

- Somente dará **direito de crédito** a entrada de **energia elétrica**:
 - Se objeto de **saída de energia elétrica**.
 - Se consumida em processo de **industrialização**.
 - Seu consumo resultar em **exportações**, na proporção destas sobre as saídas totais
 - A partir de **01/01/2033**, nas demais hipóteses. (LC 171/2019)

MATERIAL DE USO E CONSUMO

- Somente darão **direito de crédito** aquele entrado a partir de **01/01/2033**. (LC 171/2019)

COMUNICAÇÕES

- Somente dará **direito de crédito** o recebimento de **serviço de comunicação**:
 - Prestado na execução de serviços de **mesma natureza**.
 - Sua utilização resulta em **exportações**, na proporção destas sobre as saídas totais.
 - A partir de **01/01/2033**, nas demais hipóteses. (LC 171/2019)


-NOVIDADE! (LC 190/2022)

Nas hipóteses de:

- **Início** da prestação de serviço de **transporte interestadual**:
 - não vinculado a operação subsequente
 - tomador não contribuinte no estado destinatário
- **Saída** de mercadoria de estabelecimento de contribuinte destinada a **consumidor final não contribuinte de outro estado**,
 o **crédito** relativo às operações e prestações anteriores deve ser deduzido **apenas do débito** do ICMS devido ao

CREDITAMENTO DO ATIVO PERMANENTE

- Deverá ser apropriado à razão de 1/48 por mês.
- Primeira fração deve ser apropriada no **mês de entrada** no estabelecimento.
- **ATENÇÃO!**
Não é da data de aquisição, nota fiscal...
- Em cada período, **não se pode creditar** a proporção correspondente a saídas e prestações **isentas** ou **não tributadas** sobre o total.

 **IMPORTANTE!**

Equiparam-se às **operações tributadas**:

- Exportações
- Saídas de papel destinado à impressão de

Livros

Jornais

Periódicos

- **Crédito** a ser apropriado:
$$=ICMS_{AP} = 1/48 = \left(\frac{\text{Operações tributadas} + \text{Exportações} + \text{Operações com papel}}{\text{total das saídas}} \right)$$

ou a razão ajustada conforme o período de apuração.

ICMS
icms
NA LEI KANDIR
= NÃO CUMULATIVO =
(ATIVO PERMANENTE)

CREDITAMENTO DO ATIVO PERMANENTE

- Razão de apropriação:
 - 1/48 será **proporcionalmente ajustado** caso o **período de apuração** seja maior ou menor que 1 mês.

Exemplo:

PERÍODO DE APURAÇÃO	RAZÃO
15 dias	$\frac{1/48}{2} = 1/96$
2 meses	$1/48 \cdot 2 = 1/24$

- Será objeto de **lançamento**:
 1. Em conjunto com os demais créditos
 2. Em livro próprio.

ALIENAÇÃO E TÉRMINO DO PRAZO

- **Alienação** do ativo **antes** de decorridos **4 anos** da data de aquisição:
não será admitido o creditamento a partir da data de alienação.
- Ao final do **48º mês** da data **entrada** no estabelecimento, o **saldo remanescente** será **cancelado**.

VEDAÇÃO AO CRÉDITO

- NÃO** dão direito a crédito a { entrada de mercadoria
utilização de serviços

1. resultantes de operações { isentas ou
não tributadas
**alheios à atividade
do estabelecimento**
presumem-se alheios os
veículos de transporte pessoal

2. para integração ou consumo em processo
de { industrialização ou para comercialização
produção rural
ou prestação de serviços **quando a saída**
resultante for { isenta ou
não tributada

Deliberação dos Estados/DF pode
dispor que não se aplique esta
vedação, no todo ou em parte.

- A **isenção** ou **não-incidência**: salvo determinação em
contrário da legislação

1. Não dá direito a crédito!

2. **Anula** os créditos das operações anteriores
(no momento do requerimento,
não se sabia da isenção/não incidência)

- Operações tributadas com **produtos agropecuários** ou
outras mercadorias (conforme Lei Estadual) posteriores a
saídas isentas, não tributadas ou alheias à atividade do
estabelecimento **dão direito crédito** do imposto
cobrado em operação anteriores.

ESTORNO DO CRÉDITO

- O sujeito passivo deve **estornar o crédito**
quando { o serviço prestado
a entrada de mercadoria :
 - For objeto de saída/prestação { isenta ou
não tributada
sendo essa circunstância imprevisível
na data de entrada ou prestação
 - For integrada ou consumida em processo
de industrialização, quando o produto
Resultante tiver saída { isenta ou
não tributada
 - For utilizada em fim alheio à
atividade do estabelecimento
 - Vier a { parecer
deteriorar-se
extraviar-se

ICMS
icms
NA LEI KANDIR
= NÃO CUMULATIVIDADE =

Não se estornam créditos de operações que resultem em:

- Exportações
- Saídas de papel destinado à impressão de { livros
jornais
periódicos

Ex: Alíquota de 10% em todas as etapas.

(Indústria)
Contribuinte 1

Valor da
mercadoria: R\$2.000,00

ICMS: 10% R\$2.000,00
= R\$200,00

(Indústria)
Contribuinte 2
Isento.

Valor da
mercadoria: R\$3.000,00

Crédito: **sem direito a
crédito**

Produtos agropecuários ou
outros autorizados em lei.

(Varejista)
Contribuinte 3

Valor da
mercadoria: R\$4.500,00

ICMS: 10% R\$4.500,00
(Débito) = R\$450,00

Crédito: R\$200,00

ICMS a R\$450,00 – R\$200,00
recolher = R\$250,00

DIREITO AO CRÉDITO

- Condicionado a { idoneidade da documentação
escrituração nos prazos/condições
- Extingue-se depois de **5 anos** da emissão do documento (nota fiscal)

LIQUIDAÇÃO DA OBRIGAÇÃO

- Mediante **pagamento em dinheiro**.
- Por **compensação** → até o montante:

Créditos
escriturados
no período

+

Saldo credor
de períodos
anteriores

- Se débitos < créditos: a **diferença** será transportada para os períodos seguintes. (saldo credor)

APURAÇÃO

- Débitos e créditos devem ser **apurados** em **cada estabelecimento**.
→ **compensando-se os saldos** devedores e credores entre os estabelecimentos do **mesmo sujeito passivo** localizados **no estado**.

ICMS

NA LEI KANDIR

= NÃO CUMULATIVIDADE =

SALDO CREDOR ACUMULADO

- **Saldos acumulados** decorrentes de exportações **podem ser**, na proporção destas no total de saídas;:
 1. Imputados a qualquer estabelecimento do contribuinte no estado.
 2. Se houver saldo remanescente, transferidos a outros contribuintes
- **Lei Estadual** pode permitir outras hipóteses de transferência.

OUTROS TIPOS DE APURAÇÃO

- **A Lei Estadual** pode estabelecer que:
 1. O **cotejo de créditos e débitos** se faça por mercadoria ou serviço:
 - dentro de determinado período
 - em cada operação
 2. O imposto seja pago em **parcelas periódicas** e calculadas **por estimativa** para um determinado período.
 - Em função do período/atividade do estabelecimento.
(suj. passivo tem direito de impugnar)
 - Ao fim do período, será feito o **ajuste** com base na escrituração regular do contribuinte.

💡 **NOVIDADE!** (LC 190/2022)

Os Estados/DF divulgarão, **em portal próprio**, as informações necessárias ao cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, nas **operações e prestações interestaduais, conforme o tipo**.

ASPECTOS GERAIS

- É uma obrigação tributária que **transfere** a **responsabilidade** do pagamento do ICMS relativo a operações:
 - anteriores (ST para trás)
 - concomitantes
 - posteriores (ST para frente)
- Objetivo** → Facilitar a fiscalização (aumentar a eficiência)
- "Lei Estadual pode atribuir a:
 - contribuinte ou
 - depositário a qualquer títuloassumirão a condição de substituto tributário a responsabilidade pelo pagamento"

EXEMPLOS EXPRESSOS NA LK.

- Tal responsabilidade pode ser atribuída a:
 - Contribuinte** que realizar operação **interestadual** com:
 - petróleo
 - lubrificantes e combustíveisem relação às **operações subsequentes**.

- Empresas { distribuidores geradoras de energia elétrica, nas operações { internas interestaduais desde a **produção** ou **importação** até a **última** operação. sobre o preço praticado na operação final e recolhido ao Estado onde deva ocorrer essa operação .

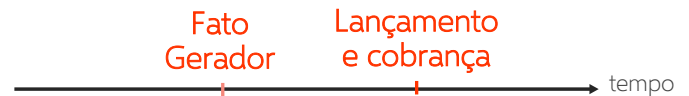
Nas operações **destinadas** a **consumidor final**, o ICMS será devido ao **estado do adquirente** e será **pago pelo remetente**.

MODALIDADES

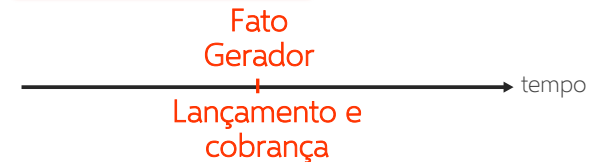
ST. PARA FRENTE (PROGRESSIVA) pagamento antes da ocorrência do FG



ST. PARA TRÁS (REGRESSIVA) pagamento só depois.
(ou diferimento)



ST. CONCOMITANTE



ICMS
= SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA =

FATO GERADOR

PARA EFEITO DE S.T.

É F.G. do ICMS a entrada de { mercadoria ou bem } no estabelecimento do adquirente ou outro por ele indicado.

S.T. EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS

- Depende de **acordos específicos** celebrados pelos Estados interessados (convênio)

BASE DE CÁLCULO

- Em operações **anteriores** ou **concomitantes**: o valor da operação/prestação praticado pelo contribuinte substituído.
- Em operações **subsequentes**:
 - = o valor da operação/prestação praticado pelo substituto ou substituído intermediário.
 - + Valor do { seguro frete outros encargos } cobrados/transferíveis aos adquirentes
 - + Margem de valor agregado (MVA) (inclusive o lucro)
 - relativa às operações/prestações subsequentes

ICMS
SUBSTITUIÇÃO
= TRIBUTÁRIA =

OUTRAS OPÇÕES DE B. C.

- Preço** final a consumidor (único ou máximo) **fixado** por **órgão público competente**. (uso obrigatório, se houver)
- Preço** final **sugerido** por { fabricante ou importador } se a lei assim estabelecer
- Preço** a consumidor final usualmente praticado no **mercado** (preço fiscal) (uso facultativo)

DETERMINAÇÃO DA MVA

Com base nos **preços** usualmente praticados no **mercado** considerado.

obtidos:

- por levantamento (ainda que for amostragem)
- por informações fornecidas por entidades representativas dos setores.

$$BC_{ST} = (1 + MVA) \times (BC_{ICMS\text{ próprio}} + \text{encargos do adquirente})$$

$$ICMS_{ST} = (\text{Alíquotas} \times BC_{ST}) - ICMS_{\text{próprio}}$$

ICMS

SUBSTITUIÇÃO = TRIBUTÁRIA =



MOMENTO NO DIFERIMENTO (substituição para trás)

- O imposto será pago pelo responsável quando:
 - da **entrada** ou do **recebimento** } do bem ou serviços.
 - da **saída subsequente** (ainda que isenta ou não tributada)
 - ocorrer qualquer { saída evento que **impossibilite** a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.
(Ex.: incêndio, perecimento)

ENCERRAMENTO DA CADEIA TRIBUTÁRIA

Literalidade da Lei Kandir

- É assegurado ao contribuinte **substituído** o direito à **restituição** do ICMS pago por S. T. correspondente ao **F.G. presumido** que **não se realizar**. CAI MUITO!
formulado o pedido de restituição, se não houver resposta, em até **90 dias**, o contribuinte **substituído** poderá se creditar do valor atualizado.



Sobrevindo **decisão contrária irrecorrível**, o contribuinte **substituído** deve estornar o crédito atualizado + acréscimos legais em até **15 dias** da notificação.

STF RE 593.349: IMPORTANTE!

(complementação)
"É devida a **restituição** do ICMS pago a mais no regime de **S.T. para frente** se a **B.C. efetiva** for **inferior** à presumida."
(superior)

COMBUSTÍVEIS ABRANGIDOS PELA MONOFASIA



- gasolina
- etanol anidro combustível
- diesel e biodiesel
- gás liquefeito de petróleo (inclusive derivado do gás natural)

CONTRIBUINTES

- produtor
- equiparados ao produtor
- importador de combustíveis

inclusive:

- quem produz combustíveis de forma residual,
- formuladores de combustíveis por mistura mecânica,
- centrais petroquímicas e
- bases de refinarias

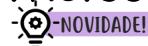
EM OPERAÇÕES INTERESTADUAIS

OPERAÇÕES	CABIMENTO DO IMPOSTO	
derivados do petróleo	ICMS cabe ao estado onde ocorrer o consumo	
não derivados do petróleo	entre contribuintes	repartição do ICMS entre os Estados
	destinatário não-contribuinte	ICMS cabe ao Estado de origem

icms

NA LC 192/2022

= ICMS MONOFÁSICO =



ALÍQUOTAS DO ICMS MONOFÁSICO



- Serão definidos por **deliberação** entre os Estados e DF (convênio do CONFAZ) conforme regras da CF/88 (ver mapa #5)

DEFINIÇÃO DE ALÍQUOTAS

1. deverá ser previsto um intervalo mínimo de:
 - **12 meses** entre a primeira fixação e o primeiro reajuste
 - **6 meses** para reajustes subsequentes
2. os Estados/DF **observarão as estimativas de evolução dos preços** dos combustíveis para não haver ampliação do peso proporcional do tributo no preço final

MOMENTO DE OCORRÊNCIA DO F.G.

1. **saída** dos combustíveis do estabelecimento contribuinte
2. **desembarço aduaneiro** do combustível na importação

INCENTIVOS FISCAIS

- obedecerão as regras da LC 24/1975 (devem ser aprovados por unanimidade dos Estados e cumprir as demais exigências)